

Dois novos ministros tomam posse no Superior Tribunal de Justiça



O Superior Tribunal de Justiça ganhou dois novos ministros nesta terça-feira (10/8): Maria Isabel Denis Gallotti e Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.

A mais nova ministra do STJ afirmou que considera uma honra passar a integrar o tribunal. "A missão constitucional do STJ é relevante, porque uniformiza a interpretação do direito ordinário federal num país marcado por muitas desigualdades e com características peculiares a cada região", comentou.

Primeira brasileira a assumir o cargo de ministra na corte, ela atua, desde 2001, como juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, função que deixou de ocupar para assumir a cadeira no STJ. Ela graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), em 1985, onde também concluiu o mestrado em Direito e Estado, em 1988.

Atuou, no início da carreira, como advogada perante os tribunais superiores, da Justiça Federal, do Trabalho e do Distrito Federal. E, depois, como curadora especial em sentenças estrangeiras e como procuradora da República de 2ª Categoria, tendo sido promovida ao cargo de procuradora regional da República, em 1996, quando passou a officiar perante o TRF-1 (tribunal onde ingressou pelo quinto constitucional, numa das vagas destinadas aos membros do Ministério Público). Foi designada também procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

A nova ministra passa a ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Fernando Gonçalves, ocorrida em abril deste ano. Ela disputou a vaga com 22 magistrados federais e foi nomeada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 27 de julho passado, depois de ter sido sabatinada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ter o nome referendado pelo Plenário daquela Casa legislativa. Maria Isabel Gallotti passará a integrar a 4ª Turma e a 2ª Seção, responsáveis pelo julgamento das matérias de Direito Privado.

STJ



Novo integrante

O desembargador Paulo de Tarso Vieira Sanseverino é natural do Rio Grande do Sul e ocupa a vaga aberta com a aposentadoria da ministra Denise Arruda, em abril deste ano. "Receber uma nomeação para um tribunal que conquistou essa denominação é uma honra e também uma grande responsabilidade, por todo o trabalho que será desenvolvido ao longo dos próximos anos. Mas estou preparado para enfrentar o desafio", afirma.

Mestre e doutor em Direito Civil, o novo ministro vai integrar a 3ª Turma e a 2ª Seção do STJ, que têm a competência de julgar as demandas de Direito Privado. "Esta é a minha principal área de atuação, tanto na jurisdição como também na minha formação acadêmica. Sou professor de Direito Civil, na área de contratos e responsabilidade civil, e nessa mesma área fiz o meu mestrado e o meu doutorado."

Magistrado de carreira, o ministro Paulo de Tarso Sanseverino considera o Judiciário brasileiro o melhor da América Latina. Para ele, é um poder independente, formado por juízes que são submetidos a um concurso público bastante difícil e pesado. "Ninguém integra o Poder Judiciário por acaso. Esse ingresso, mediante concurso público, na carreira da magistratura é a garantia da nossa imparcialidade. O juiz brasileiro é extremamente independente e isso, realmente, é um dos pontos fundamentais para se ter um Judiciário da qualidade que nós temos", declara.

"Ao mesmo tempo", afirma o ministro, "o Judiciário tem alguns problemas, e o maior deles, talvez, seja mesmo a morosidade, que é a grande reclamação feita pela população, e com razão". Para ele, algumas demandas podem até demorar, pelo seu alto grau de complexidade, mas a maioria delas não precisa demorar tanto.

"O sistema processual brasileiro prevê uma quantidade de recursos e instâncias que não têm sentido. Mas a impressão que eu tenho é que as medidas dos últimos anos para combater a morosidade estão surtindo efeito, inclusive aqui no STJ, com os recursos repetitivos e também com o processo eletrônico, uma medida extremamente importante, pois agiliza a tramitação de todo processo, inclusive interna", diz.

O novo ministro foi aprovado em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em 7 de julho. A aprovação pelo Plenário daquela Casa legislativa aconteceu na noite do mesmo dia 7 e

a nomeação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicada na edição do último dia 27 do Diário Oficial da União. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Date Created

10/08/2010